



Fé e Cidadania



Drogas e desenvolvimento humano integral

Núcleo Fé e Cultura

A polêmica descriminalização da maconha, entre muitos outros problemas, repete um erro típico de nossa sociedade: querer resolver nossas questões com discursos inflamados ou decisões normativas sem respaldo na realidade. O consumo de drogas e o narcotráfico estão crescendo em todo o mundo – e a maior parte das sociedades parece estar perdendo essa verdadeira guerra. A resposta convencional, baseada no encarceramento massivo, tem se mostrado ineficaz. Mas o caminho inverso, de maior permissividade, por mais simpático que pareça, também não mostra a tão aclamada eficácia. Os melhores resultados, como esperamos fique claro neste *Caderno Fé e Cidadania*, vêm sendo colhidos onde se buscam soluções integrais, que respeitam a autonomia e a dignidade da pessoa, mas conscientizam para os perigos das drogas e promovem a recuperação e reinserção social dos dependentes químicos.

Um drama cada vez maior. Tanto nossos jovens quanto nossos adultos vivem num mundo cada vez mais exigente e competitivo, pressionados pela demanda por desempenho e sucesso material, muitas vezes defrontando-se com uma realidade desigual, que não lhes dá verdadeiras oportunidades. O ser humano sempre procurou momentos de descanso e alívio das tensões, se valendo de substâncias que o ajudassem a relaxar e até esquecer as dificuldades. Nesse contexto, o álcool desempenhou um papel histórico inegável – seja para o bem, seja para o mal.

Com a pressão crescente, é compreensível que as pessoas também procurem alternativas cada vez mais extremas para descansar e relaxar. Se não encontram alternativas adequadas tanto para o desenvolvimento pessoal quanto para o repouso e a diversão, tornam-se presas cada vez mais fáceis para as drogas. Por isso, particularmente com os jovens, o combate às drogas passa por um acompanhamento responsável de pessoas mais sábias, reais possibilidades de crescimento pessoal, opções sadias de diversão. Uma sociedade que não cuida bem de seus jovens, perde a guerra contra as drogas e as chances de um futuro promissor.

Não se pode escamotear os dados da realidade: drogas, lícitas ou ilícitas, são perigosas. No caso daquelas socialmente aceitas, em particular o álcool, devem ser usadas com extrema moderação e prudência. No caso



Arte sobre foto de Luciney Martins/O SÃO PAULO

O mundo parece estar perdendo a guerra contra as drogas. Diante disso, nos vemos tentados a respostas simplistas, que minimizam os riscos evidentes da droga ou maximizam a repressão e o encarceramento. As duas respostas são ideológicas e falsas, soluções simplistas e esquemáticas que não enfrentam os problemas em sua complexidade, negando dados da própria realidade. Em todos os países, as respostas que se mostraram mais eficazes envolvem uma visão integral da questão, com ações que ajudam os jovens a descobrir o sentido e a beleza da vida, favorecem a recuperação e reintegração social dos dependentes, enfrentam o crime organizado em seu âmago, não apenas em suas ramificações exteriores e promovem a segurança pública. Trata-se de um desenvolvimento humano integral, que alcança todas as pessoas, em todas as suas dimensões, um caminho realista de amor e acolhida à pessoa.

daquelas ilícitas, o melhor é evitar, buscar alternativas sadias para enfrentar as pressões e desgostos do cotidiano. Evidentemente, isso depende de espaços de acolhida e apoio adequados, a começar pelas famílias, mas também nas escolas e outras organizações sociais.

Para aqueles que já se enveredaram pelo caminho da dependência, é fundamental uma companhia que ajude e apoie na superação do vício, espaços comunitários e de acolhida. Nos vários países, soluções truculentas não têm se sustentado. Podem afastar o problema por um período

ou de um território, mas ele volta-á mais à frente, ainda maior do que antes. É verdade que certas soluções irrealistas e permissivas também acabam por aumentar o problema. Contudo, tanto na truculência quanto na permissividade, ver-se-á a mesma falha: a falta de uma companhia que apoie de forma adequada a pessoa.

Alternativas eficazes ao encarceramento massivo. O aumento da influência do crime organizado, as prisões abarrotadas, a vulnerabilidade dos mais pobres nos levam – ou deveriam levar – a uma justa indignação e ao compromisso de encontrar novos caminhos. Contudo, soluções formais, que alteram legislações para tentar alterar a realidade, sem criar novas estratégias de ação, são ineficazes.

O encarceramento massivo não é solução, mas já existem caminhos alternativos e bem conhecidos. Por exemplo, a [justiça terapêutica](#), que já vem sendo aplicada no Brasil, procura encaminhar pessoas que cometeram pequenos delitos e que estão envolvidas com drogas para instituições que podem ajudá-las em sua recuperação, em vez de enviá-las para um sistema prisional ineficiente.

A truculência policial e as penas cada vez mais duras também parecem não ser alternativas. Mesmo as prisões mais seguras frequentemente têm se tornado centros de decisão das lideranças criminosas, mesmo que essas permaneçam presas. Os Estados Unidos é um dos países que mais prende no mundo, mesmo assim o problema das drogas só cresce por lá.

Para vencer o narcotráfico é necessário atacar seus centros de comando e não apenas suas ramificações, que crescem sem parar. As ações mais eficazes, normalmente indicadas por especialistas, estão centradas em dismantlar suas redes e valer-se de medidas econômicas que evitem o enriquecimento dos traficantes. Em relação ao “varejo da droga”, é fundamental desenvolver um [policiamen- to comunitário](#) eficaz, pelo qual o policial é visto como um parceiro de país, professores e membros da comunidade em geral, acompanhando e protegendo os jovens, evitando que o narcotráfico se infiltre nas escolas e comunidades.

São ações que exigem vontade política, investimentos bem delineados, mudanças culturais de médio e longo prazo. Portanto, tentar enfrentar o problema das drogas com respostas fáceis e esquemáticas não será possível.

A legalização da maconha na contramão das evidências científicas

Rodrigo Gastalho
Moreira*

O uso recreativo da maconha não é isento de riscos, como a publicidade associada à campanha de legalização procura convencer a população e, em particular, os jovens. Estudos apresentam sólidas evidências científicas de graves prejuízos à saúde em relação à maconha, como: o desenvolvimento de esquizofrenia ou outras psicoses – com maior risco entre os consumidores mais frequentes; aumento na incidência de acidentes de trânsito; modificações na cognição, atenção e concentração, com prejuízos no desempenho no trabalho e na escola; problemas ligados ao consumo na adolescência, em gestantes e os quadros de intoxicação aguda, crônica e, às vezes, acidental.

No início do século XX não se conhecia todos os problemas de saúde relacionados ao tabaco. Na época, houve uma ampla campanha para tornar o cigarro atrativo, principalmente associando o ato de fumar a charme e sofisticação. Hoje, conhecemos bem os danos que o tabaco causa à saúde...

No Brasil, as leis que proíbem a comercialização e a venda de bebidas alcoólicas e de tabaco para menores de 18 anos têm baixa fiscalização e, igualmente, cumprimento falho. Esse é um dos fatores mais preocupantes na legalização da maconha. Não há motivo algum para se acreditar que sua venda, caso legalizada apenas para maiores de 18 anos, será fiscalizada, e que haverá

A perspectiva de saúde pública do que é melhor para um determinado país deve ser construída à luz dos conhecimentos científicos, buscando a prevenção e a diminuição do consumo de drogas lícitas e ilícitas.



Arte: Sergio Ricciuto Conte

Revisões da bibliografia científica sobre o tema podem ser lidas em:

[LARANJEIRA, R.; DUAILIBI, S. & SILVA, C.J. Argumentos contra a legalização da maconha: em busca da racionalidade perdida. Uma abordagem baseada em evidências científicas. Brasília: Ministério da Cidadania / Florianópolis: SEAD.UFSC, 2021.](#)

[ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAUDE. Os efeitos na saúde e sociais do uso não medicinal de cânabis. Washington, D.C.: Organização Pan-Americana da Saúde; 2018.](#)

controle e punição para os comerciantes infratores. A simples aprovação da lei faria com que diminuísse a percepção social da droga como prejudicial, favorecendo o aumento de consumidores. Além disso, existem muitas questões que precisam ser analisadas antes de se pensar na legalização. Por exemplo: a propaganda será permitida? como será a relação entre a cadeia de fornecimento autorizada e as redes de narcotráfico, que continuarão a existir?

Nora Volkow, diretora do Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas (NIDA) dos Estados Unidos, cita que décadas de legislações errôneas ou condescendentes em relação às drogas legais e ilegais impuseram à nossa sociedade um terrível preço a ser pago em termos de saúde. Além disso, é preciso considerar os efeitos altamente nocivos da “guerra contra as drogas”, realizada pela justiça criminal, sobre as populações desfavorecidas.

De acordo com a doutora Nora, os esforços atuais visando à legalização do uso da maconha têm sido orientados, sobretudo, por uma combinação de ativismo popular, pressão farmacológica e busca privada de altos lucros, com uma preocupante desconsideração das evidências científicas.

* Advogado, com pós-graduação em Gestão Empresarial pela Universidade Candido Mendes e pós-graduação em Teologia Aplicada pela Universidade de Oxford, Reino Unido.

Por que existe um movimento tão grande para liberar a maconha?

Francisco Borba
Ribeiro Neto*

Substâncias psicoativas, que alteram a percepção, o humor, a consciência e o comportamento, são sabidamente danosas tanto para os indivíduos quanto para a sociedade. Sendo assim, por que existe todo esse movimento para liberar o consumo da maconha? Qual seria a lógica desse movimento? Teorias conspiratórias, invocando intenções de destruir famílias e manipular mentes, não se sustentam para quem conhece tantos porta-vozes desse movimento bem-intencionados.

Lícito, o álcool é uma droga potencialmente danosa – e, por ser amplamente consumido, causa muito mais mortes e danos do que as drogas ilícitas. Já a proibição às drogas ilícitas foi se consolidando ao longo dos anos. A partir daí, argumenta-se que as proibições são seletivas, determinadas por interesses econômicos e políticos. Isso não muda o fato de que

Para a plena realização da liberdade de cada um, o Estado não pode se sobrepor à autonomia individual, mas também deve zelar para que essa autonomia não seja colocada em risco por propagandas enganosas e interesses escusos. Trata-se de um equilíbrio delicado, mas que não pode ser resolvido nem com truculência nem com permissividade.

drogas são potencialmente danosas – e sua liberação, perigosa; mas cria-se a ideia de que seria uma ideologia repressora, e não o perigo em si, a causa da proibição.

Ainda tomando o exemplo do álcool, seu consumo moderado não é, obrigatoriamente, danoso (ainda que também não seja, obrigatoriamente, seguro). Ao longo dos séculos, a humanidade aprendeu a desenvolver bebidas e hábitos que minimizam os riscos do seu excesso. A sensibilidade

e o risco de tornar-se dependente, perdendo inclusive o autocontrole, varia de pessoa para pessoa, mas cada um acredita que será capaz de consumir moderadamente, não se tornando dependente. Imagina-se que as drogas ilícitas, se liberadas, terão um destino similar ao álcool. E se alguém se prejudicar seriamente pela dependência, será um problema individual.

Nessa visão, a autonomia – e não a liberdade – é o valor supremo. Mas a autonomia é apenas uma condição

para a liberdade. Fazemos a experiência da liberdade quando usamos nossas potencialidades para nos realizarmos como pessoa. Se usamos a autonomia para optar por aquilo que reduz nossas potencialidades, como acontece com a droga, não caminhamos rumo à liberdade.

Ao se propor a liberação do consumo de drogas, supõe-se que o Estado não deve incidir sobre a autonomia do indivíduo, que pode escolher ou não usá-las. Contudo, na vida em sociedade, ninguém é totalmente autônomo. Mesmo que o Estado não interfira em nossas decisões, haverá o poder da propaganda, dos influenciadores sociais, da mentalidade hegemônica, dos comércios ilegais etc. Por isso, é necessário adotar-se políticas públicas contra as drogas.

*Coordenador do Núcleo Fé e Cultura da PUC-SP.

Lições que vêm do mundo afóra

Núcleo Fé e Cultura

[Portugal](#) é mundialmente aclamado como o primeiro país a descriminalizar, com sucesso, todas as drogas, em 2001. Sua política foca a saúde pública e a reintegração dos usuários à sociedade. Assim como se propõe no Brasil, a descriminalização em Portugal não significa que as drogas sejam legalizadas, mas, sim, que seu uso e posse para consumo pessoal deixaram de ser considerados crimes e passaram a ser tratados como questões de saúde pública. Uma questão de capital importância no modelo português: o usuário, uma vez encontrado, não é simplesmente liberado, mas, sim, encaminhado para uma comissão, formada por um juiz e dois especialistas, que procurarão ajudá-lo a enfrentar a dependência, inclusive indicando programas públicos adequados a seu caso. A descriminalização não significou liberação, mas um sistema mais eficaz para enfrentar a drogadição sob a ótica da saúde.

Mesmo assim, depois de 20 anos de sucesso, o programa português vem [enfrentando muitas dificuldades](#) atualmente. Os adultos consumidores de drogas ilícitas pularam de 7,8% da população em 2001 para 12,8% em 2022 – abaixo da média europeia, mas crescendo. As overdoses em Lisboa quase duplicaram entre 2019 e 2023. Os problemas sociais decorrentes da ocupação de espaços públicos por grupos de adictos também aumentaram. Os defensores da política de drogas portuguesa argumentam que o problema advém da redução dos investimentos públicos em programas de prevenção, tratamento e redução de danos, que caíram de 90 milhões de euros em 2019 para 16 milhões. Os críticos consideram que o problema vem da mentalidade permissiva que foi se estabelecendo na sociedade, que foi deixando de enfrentar o problema como fazia nos primeiros tempos da mudança da legislação.

A experiência portuguesa mostra que o desafio das drogas deve ser enfrentado como questão de saúde pública, se quisermos vencê-lo. Mas também mostra que a simples liberação, numa posição permissiva, não resolve – pelo contrário, tende a ampliar o problema. Além disso, enfrentá-lo

Quando se observa a situação de vários países, em particular daqueles que fizeram algum tipo de legalização da venda de drogas, percebe-se que o fundamental é criar e manter programas eficazes de prevenção e superação da dependência química. Sem tais programas, caminhamos para tragédias pessoais e sociais cada vez maiores.

com esse enfoque da saúde pública não sai barato. A comparação entre Brasil e Portugal não é totalmente válida, pelas diferenças entre os países, mas pode ilustrar a questão. Na conversão direta de euros para reais, em 2019 a política portuguesa de combate a drogas custou cerca de R\$ 45,00 por habitante; enquanto no Brasil, anualmente, a manutenção do sistema prisional custa em média cerca de R\$ 73,00 por habitante. São valores significativos e que devem ser contabilizados quando se pensa numa eficiente política antidrogas.

A liberação que não diminuiu o tráfico e o crime organizado. A experiência dos [Países Baixos](#), que permite a venda para o consumo, mas não a exploração comercial, tornou-se um incentivo ao narcotráfico. Hoje, o país é uma porta de entrada da droga para a Europa, com graves consequências para a segurança pública. Além disso, a existência de bares em que o consumo de drogas é tolerado ao lado de prostíbulos liberados criou um “turismo do prazer”, um ambiente urbano tóxico para os moradores. Assim, em 2023, a prefeitura de [Amsterdã](#) vai proibir o consumo de maconha em sua área de prostituição e procura frear a expansão sobretudo desse turismo da droga.

O [Uruguai](#) legalizou o consumo de maconha em 2013 – porém somente para cidadãos uruguaios maiores de 18 anos e tendo o cuidado de manter programas de educação antidrogas nas escolas. Dez anos depois, o consumo de maconha entre adolescentes não parece ter aumentando; mas a legalização não reduziu o tráfico de drogas, que se deslocou para outras drogas mais pesadas, como a heroína. Assim, os defensores da política uruguaia alegam que ela demonstra que a legalização da maconha não implica obrigatoriamente um aumento do

consumo entre os jovens, caso sejam adotadas políticas eficientes para afastá-los dessa droga, mas também não garante a redução do narcotráfico e das ameaças à segurança pública decorrentes do crime organizado.

Um drama norte-americano. Os [Estados Unidos](#), em particular, enfrentam uma grave crise de saúde pública devido ao consumo de drogas. O total de vítimas por overdose é maior do que a soma de mortes por arma de fogo e em acidentes de trânsito. A maior parte dessas mortes é devida aos opioides, como metanfetamina, cocaína, heroína e morfina. A maconha não é um opioide, mas é frequentemente apontada como uma “porta de ingresso” ao universo das drogas, levando o usuário a buscar outras mais potentes. Além disso, uma peculiaridade dessa crise norte-americana é que a maior parte das mortes se deve ao fentanil, opioide sintético desenvolvido para tratar a dor crônica. Vendido apenas com receita médica, é altamente viciante, sendo frequentemente comprado no mercado negro e/ou usado em combinação com outras drogas.

Ainda que vários estados norte-americanos tenham descriminalizado o uso de drogas, e segmentos influentes na mídia frequentemente considerem que essa política tem dado bons resultados, estados como [Oregon](#) e a própria [Califórnia](#), profundamente liberal, têm enfrentado problemas decorrentes dessa postura. Além dos casos de overdoses, o aumento da criminalidade e as ameaças à ordem pública têm sido reportados com frequência cada vez maior nesses estados.

Entre os defensores de políticas de liberação do comércio de drogas, frequentemente se alega, em particular no caso norte-americano, que isso trará ganhos em função da maior arrecadação de impostos. Contudo, tal

ganho só será real se a população for abandonada ao vício. Se houver uma verdadeira política de saúde pública, os eventuais ganhos com impostos serão menores do que os investimentos em programas sociais. Além disso, para tirar o usuário das mãos do tráfico, garantindo um consumo em condições seguras e controladas, será necessário distribuir ou vender essa droga a um valor menor do que o ofertado pelo tráfico – ou ele continuará comprando no “mercado paralelo”. No [Colorado](#), para cada dólar ganho em receita tributária, foram gastos aproximadamente 4,50 dólares para mitigar os efeitos da legalização.

Uma abordagem integral. Seguindo uma abordagem integral, que procura trabalhar com o maior número possível de fatores envolvidos, a [Islândia](#) vem colhendo bons resultados com seu programa *Youth in Iceland* (Juventude na Islândia). O programa envolve a participação de toda a comunidade, incluindo pais, escolas, organizações esportivas e culturais, além de autoridades locais e nacionais. Algumas das principais estratégias do programa incluem:

- ✓ Aumentar o tempo que os jovens passam com suas famílias e envolvê-los em atividades saudáveis e construtivas;
- ✓ Fortalecer as leis e as políticas públicas relacionadas ao consumo de drogas;
- ✓ Estabelecer organizações de pais e mães para apoiar a prevenção do consumo de drogas;
- ✓ Melhorar o acesso dos jovens a atividades esportivas, culturais e sociais que fortaleçam suas habilidades e capacidades.

O sucesso do programa *Youth in Iceland* pode ganhar uma interpretação reducionista, dado o pequeno tamanho da população da Islândia, mas já foi adotado em outros países como Chile, Austrália, Portugal, Espanha, França, Itália, Holanda, Bulgária e Lituânia, com o nome *Planet Youth* (Planeta Juventude), que conta inclusive com subsídios [on-line](#).

Na webpage do Caderno Fé e Cidadania no site do O SÃO PAULO – https://bit.ly/fe_cidadania – é possível acessar os links dos artigos mencionados nesta edição

O tabaco e as drogas ilícitas

Redação

No mundo todo, as políticas antitabagismo têm reduzido o consumo do tabaco. No Brasil, de 1989 a 2010, a [queda do percentual de fumantes foi de 46%](#). Mesmo não sendo proibido, o consumo do tabaco vem diminuindo graças a campanhas que restringem a publicidade, conscientizam para os perigos do fumo, proíbem de

fumar em lugares públicos etc. Essa redução do tabagismo não significa que as drogas ilícitas devam ser permitidas. Diminuir um fator de risco não implica em poder aumentar outro... Contudo, mostra que, quando existe vontade política e empenho, campanhas educacionais e medidas restritivas podem ser bem-sucedidas no combate à drogadição.

Atualmente, a sociedade está convicta de que o vício de fumar é danoso tanto para a pessoa

quanto para a sociedade, mas tem-se a ilusão que drogas “leves” como a maconha não trariam danos sociais e seu consumo poderia ser confiado à autonomia individual. Ignora-se tanto seus efeitos danosos quanto a força daqueles que induzem as pessoas ao consumo e à dependência.

Uma sociedade que não se conscientiza do perigo das drogas e da necessidade de enfrentar esse desafio, não poderá vencer o crime organizado nem garantir o bem-estar das futuras gerações.

Não às drogas, sim à vida

Redação

Gostaria de dizer muito claramente: a droga não se vence com a droga! A droga é um mal, e com o mal não podemos nos dar por vencidos nem ceder a compromissos. As legalizações das chamadas ‘drogas leves’, até parciais, além de serem discutíveis em nível legislativo, não produzem os efeitos estabelecidos [...] Não a qualquer tipo de droga (cf. Audiência Geral, 7 de maio de 2014). Para dizer este não, porém, é preciso dizer sim à vida, sim ao amor, sim aos outros, sim à educação, sim ao desporto, sim ao trabalho, sim a mais oportunidades de trabalho. Um jovem que não tem trabalho, pensemos nisso, nem estuda nem trabalha. Entra nessa falta de horizonte, de esperança, e a primeira oferta são as dependências, entre as quais a droga. Isso... as oportunidades de trabalho, a educação, o desporto, a vida sadia: é este o caminho da prevenção da droga. Se estes ‘sins’ forem realizados, não haverá lugar para a droga, nem para o abuso de álcool e para outras dependências. É preciso trabalhar na prevenção. Isso fará muito bem. ([Aos participantes na 31ª International Drug Enforcement Conference](#), 2014)

Os jovens e as drogas. A adolescência e a juventude são fases particu-

A seguir, apresentamos trechos de três discursos nos quais o Papa Francisco fala do problema das drogas.

larmente delicadas na vida de uma pessoa, caracterizadas por consideráveis mudanças físicas, emocionais e sociais. A isso se acresce o fato das nossas sociedades atuais serem, sob muitos aspectos, frágeis e marcadas por uma insegurança subjacente. A procura compulsiva de novas experiências pode, então, ser atraída pela necessidade de se confrontar com o inédito, pelo desejo de explorar o desconhecido, mas também para silenciar o medo de se sentir excluído, e a necessidade de socializar com os da mesma idade [...] Tudo isto constitui um terreno fértil para a utilização de substâncias tóxicas. O fenômeno é, evidentemente, um indicador de algo mais profundo, que implica a importância de uma reflexão sobre a nossa sociedade atual, permeada por uma cultura da eficácia e da produtividade, que não permite hesitações nem fracassos. A necessidade de estar sempre à altura das expectativas, exibindo exteriormente uma imagem de si mesmo bem-sucedida e vencedora, da qual toda a fragilidade e fraqueza são banidas, torna-se um obstácu-

lo intransponível à realização de um desenvolvimento humano integral. Assim, desorientados e muitas vezes sem pontos de referência, tantos jovens perseguem a ilusão de encontrar na toxicod dependência uma suspensão da angústia e da falta de sentido: é a “esperança vã” de um torpor que alivia a fadiga de ser e de existir, muitas vezes escondida sob o disfarce de um desejo de evasão e de divertimento. Não podemos esquecer, portanto, que por trás de cada dependência existem experiências concretas, histórias de solidão, desigualdade, exclusão, falta de integração. ([Aos participantes no 60º Congresso Internacional de Toxicologistas Forenses](#), 2023)

O Evangelho da Misericórdia no combate à dependência. Todos somos chamados a combater a produção, a elaboração e a distribuição da droga no mundo. É dever e tarefa dos governos enfrentar com coragem esta luta contra os traficantes de morte. Traficantes de morte: não devemos ter medo de atribuir esta qualificação [...] Diante desse cenário preocupan-

te, a Igreja sente a necessidade urgente de instaurar no mundo contemporâneo uma forma de humanismo que volte a pôr a pessoa humana no centro do discurso socioeconômico-cultural; um humanismo que tem como fundamento o “Evangelho da Misericórdia”. A partir dele, os discípulos de Jesus encontram inspiração para promover uma ação pastoral realmente eficaz a fim de aliviar, curar e sarar os muitos sofrimentos ligados às multiformes dependências presentes no cenário humano. A Igreja, juntamente com as instituições civis, nacionais e internacionais, e as diversas agências educativas, está empenhada ativamente em todos os cantos do mundo para opor-se ao alastramento de dependências, mobilizando as próprias energias na prevenção, cura, reabilitação e projetos de reinserção para restituir dignidade a quantos foram privados disso. Para vencer as dependências, é necessário um compromisso sinérgico, que envolva as diversas realidades presentes no território na atuação de programas sociais orientados para a saúde, o apoio familiar e, sobretudo, a educação. ([Aos participantes na Conferência Internacional Drogas e dependências: um obstáculo ao desenvolvimento humano integral](#), 2018)

O Magnificat e a Doutrina Social da Igreja

Padre Alfredo José Gonçalves, CS

Em outubro, os olhos se voltam para Maria. Seu cântico, *Magnificat* (Lc 1,46-56), e a Doutrina Social da Igreja (DSI) são como que igarapés que, juntando suas águas, convergem para formar o grande rio da justiça social e da dignidade da pessoa humana. Em ambos, sobressaem dois aspectos que se complementam: o primeiro tem a ver com a teologia e a espiritualidade; o segundo volta-se para a ação de ordem sociopastoral, alicerçada numa atitude eclesial e sinodal.

De acordo com o relato do evangelista Lucas, após o diálogo entre o anjo Gabriel e Maria, esta conclui: “Eis aqui a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lc 1,38). Logo adiante, Maria reconhece que “o Senhor fez grandes coisas em meu favor”. De que forma conciliar a condição de serva com a expressão “grandes coisas em meu favor”? Do ponto de vista teológico e espiritual, a obediência ao projeto de Deus é filha direta da liberdade em relação a si mesma. Ou seja, quanto mais a pessoa é livre dos projetos pessoais, dos instintos, desejos e próprios interesses, tanto mais estará aberta à ação do espírito. O primeiro ato missionário é justamente sair de si mesmo, o que leva à “Igreja em saída”. Do ponto de vista sociopastoral, a missão desdobra-se num compromisso concreto pela busca de oportunidades iguais para todas as pessoas. Seguindo as linhas mestras da DSI, mais do que dobrar esforços pelo progresso técnico e o crescimento da produção a qualquer custo, importa antes priorizar a distribuição justa e equitativa dos frutos do



Luciney Martins/O SÃO PAULO

trabalho humano (cf., por exemplo, *Gaudium et spes* e *Populorum progressio*).

É fartamente conhecido e notório, hoje em dia, o nível de desigualdade socioeconômica, quer no âmbito nacional e regional, quer no âmbito internacional. Um punhado de milionários e bilionários detém uma porcentagem de riqueza equivalente a praticamente metade dos bens do mundo. E a população de baixa renda, por sua vez, na base da pirâmide, vive precariamente com “as migalhas que caem da mesa do rico avaro”. Com as taxas de desemprego, subemprego e trabalho informal, aumenta a vulnerabilidade dos trabalhadores.

Daí a irrupção do espírito de Deus no cântico de Maria: “O Senhor dispersou os homens de coração orgulhoso, depôs os poderosos de seus tronos e exaltou os humildes; cumulou de bens os famintos e despediu os ricos de mãos vazias”. No tom do *Magnificat*, não predomina uma atitude de vingança, no sentido de inverter a pirâmide social, elevando os pobres ao pico e rebaixando os ricos à base, o que reproduziria a mesma situação de injustiça. Trata-se, isso sim, de oferecer a todas as pessoas as mesmas oportunidades, a fim de que, de cabeça erguida, possam ver seus direitos garantidos com dignidade e paz, num mundo fraterno e solidário. O desafio, tanto no *Magnificat* quanto na DSI, é empenhar-se por uma redistribuição equilibrada e justa, seja dos bens na natureza, seja dos bens provenientes do trabalho.

* Sacerdote da Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos.